

ARTIGO

PROCEDIMENTOS DE ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO PELOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA

Bárbara Regina Ferrari¹

RESUMO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa de mestrado em Geografia, com a temática voltada para o Ensino, realizada entre 2015 e 2017. O objetivo deste artigo é analisar os critérios de escolha do livro didático de Geografia pelos professores atuantes nos anos finais do ensino fundamental. Para tanto, em nossa pesquisa realizamos entrevistas com alguns professores da rede estadual de ensino do município de Dourados (MS) sobre o processo de escolha do material didático. Para este trabalho trazemos fragmentos dos relatos de sete professores de geografia, em que apresentam os critérios que observam na hora da escolha do livro didático. As entrevistas foram gravadas e transcritas sendo mantidas a fala coloquial dos docentes, com pequenas alterações ou correções em seus depoimentos. Quanto ao nosso referencial teórico, tivemos como base alguns autores como Callai (2016); Munakata (2012); Gonçalves e Mellati (2017), entre outros. Entendemos que os professores precisam ter maior participação nas escolhas dos livros e decisões importantes que dizem respeito a sua profissão, por isso, buscamos apresentar as perspectivas dos docentes. Para isso é necessária uma maior capacitação para que o professor estabeleça critérios de análise e veja a importância na escolha do material didático.

Palavras-chave: Ensino de Geografia. Livro didático. Professores. Critérios de escolha.

1 INTRODUÇÃO

O livro didático é um dos recursos mais antigos que se tem na escola. É também importante instrumento de apoio ao professor e ao aluno. Neste artigo, buscamos entender como é feita a escolha desse material didático pelo professor de geografia atuante do ensino

¹ Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: brf.ferrari@hotmail.com

fundamental anos finais. Alguns questionamentos permeiam essa discussão: o que os professores observam na hora de escolha dos livros didáticos? Como é feita essa escolha? Quais são os critérios que definem que um livro é apropriado?

A escolha inicial dos livros é feita pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que a partir de um conjunto de critérios eliminatórios avalia as obras didáticas e determina quais serão distribuídos na rede escolar. Isso mostra que a relação do Estado com a produção e distribuição de livros é ainda determinante. Além disso, outras influências perpassam a escolha do livro didático pelo professor, como os interesses das editoras, que buscam diferentes alternativas para atrair e conquistar os professores.

De forma geral, os professores elencam critérios que são observados por eles e considerados importantes no material didático. Apresentaremos por meio dos relatos dos professores de geografia quais são esses critérios, percebendo que, mesmo que minimamente, eles analisam e avaliam as obras didáticas para sua escolha. O professor tem papel decisório na escolha desses materiais e no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, por isso, precisam estar atentos aos critérios para a melhor escolha que potencialize o seu trabalho docente.

2 A ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA PELO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD) E A DISTRIBUIÇÃO PARA AS ESCOLAS

O livro didático é um instrumento, um dos materiais escolares mais antigos, pois “faz parte da vida escolar desde que a escola é escola” (MUNAKATA, 2002, p. 91). Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE, 2016) o programa de distribuição de obras didáticas é o mais antigo do Brasil. Data de 1929 a criação do Instituto Nacional do Livro (INL) pelo Estado, para legislar sobre políticas públicas do livro didático, dando-lhe maior legitimidade. A partir desse momento, foram desenvolvidas várias políticas e mudanças na distribuição e avaliação dos livros didáticos ao longo dos anos.

Foi com a criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em 1985 que se concretizaram mudanças no âmbito da distribuição desses materiais. Dentre elas a indicação do livro didático pelos professores e sua reutilização; a oferta aos alunos de 1ª e 2ª série das escolas públicas e comunitárias e o fim da participação financeira dos estados garantindo o critério de escolha do livro pelos professores. Apesar disso, a universalização da distribuição do livro didático no ensino fundamental ocorreu somente em 1997 contemplado com os livros de geografia e história (FNDE, 2016).

Referindo-se ao PNLD, Callai (2016, p. 293) comenta:

Este Programa não surge repentinamente, e também se configura com avanços e recuos, e como resultado de um processo que é intermediado pelas relações sociais, pelo avanço nas pesquisas e pelos interesses envolvidos nas políticas públicas. Resulta do que foi feito no passado, com as condições que temos atualmente fazendo uma fusão de horizontes, e não simplesmente produzindo fatos isolados.

No ano de 1996 é que se iniciou o processo de avaliação pedagógica dos livros didáticos com a publicação do primeiro Guia de Livros Didáticos de 1º a 4º série. Este Guia apresenta uma resenha dos livros didáticos que são aprovados pela Comissão Avaliadora. Desde então, todos os livros que são submetidos ao PNLD passam por um processo avaliativo em ciclos trienais, podendo ser reprovados e não aceitos para utilização em sala de aula.

Para o Ensino Médio a distribuição integral de livros para todas as disciplinas ocorreu apenas em 2008. Com isso, percebe-se também uma precariedade na distribuição de livros para todas as escolas em âmbito nacional, e ainda é possível identificar a falta de livros nas escolas atualmente.

A influência do Estado na distribuição dos livros didáticos é notável desde a implantação de distribuição desses materiais. No decorrer dos anos houve reformulações de políticas públicas, a definição de referenciais curriculares, parâmetros e diretrizes para a educação básica. Essa relação advém desde a implantação de um ensino público em que o Estado ficou responsável pela educação escolar. Com isso, gera-se também uma relação entre o livro didático e a escola, como mostra o autor:

O livro didático e a escola mantêm uma relação simbiótica. A expansão da escolarização amplia o público leitor de livros, e a existência destes – em particular, os destinados especialmente à escola – possibilita a própria escolarização da sociedade. No decorrer do século XVIII e, principalmente, no século XIX, esse processo se acentuou com a emergência, a consolidação e o fortalecimento dos Estados nacionais: a educação escolar tornou-se direito do cidadão e obrigação do Estado; estabeleceram-se os princípios de ensino público, gratuito, laico e obrigatório; e formularam-se, em certos países, os programas curriculares unificados em âmbito nacional (MUNAKATA, 2012, p. 59).

O fato é que há uma influência direta do Estado na distribuição dos livros didáticos e também das editoras, pois são elas que comercializam esse material. Vejamos o depoimento do professor de geografia, atuante nos anos finais do ensino fundamental:

As editoras mandam para os professores as coleções de livros, às vezes fazem jantares, coquetel, palestras de algum dos autores famosos dos livros,

tem toda uma divulgação, e eu sinto que é uma forma de pressão pra gente adquirir os livros, às vezes as editoras fazem almoço, então depende. Esse ano [2016] não teve nada, a gente aqui da escola, não fomos convidados pra nenhum desses jantares, café da manhã. Aqui na escola, as editoras mandam as coleções, nós levamos pra casa, analisamos e cada professor escolhe o seu autor, aí fizemos uma votação entre os professores, no caso aqui nós somos em quatro professores do ensino fundamental, três escolheram o Melhem Adas e uma escolheu o Elian, aí ficou o Melhem Adas como primeira opção e em segundo o Elian. Entre as editoras que já promoveram essas divulgações com coquetéis entre outros, tem primeiramente as maiores, como Ática, Moderna. E eles tentam atingir todo tipo de público, para o mais intelectual ela traz a palestra, para aqueles que gostam de uma jantinha, traz o jantar, ou o café da manhã, tenta atingir todo tipo de público. Há três anos atrás (na escolha passada) teve palestras, jantares, teve café da manhã na escola pela editora, e aí a gente acabou não escolhendo o livro das editoras que patrocinaram esses eventos, a gente acabou escolhendo outro (Professor B, 2016).

As estratégias utilizadas pelas editoras são diversas para, além de divulgar o material didático aos professores, convencê-los de escolherem o seu produto. A oferta de jantares, coquetéis, cafés da manhã, palestras são formas de “agradar” os professores, mas pode ser também, como disse o Professor B *“uma forma de pressão pra gente adquirir os livros”*. E podemos questionar aqui qual a intenção e o motivo dessa ampla divulgação?

Pode-se afirmar que isso faz parte do marketing das editoras, são propostas sedutoras para vender o seu produto, que são os livros didáticos. Ocorre também que o mercado de livros didáticos é lucrativo e promissor para as editoras no Brasil, pois o maior comprador é o próprio governo federal. Para isso, o contato direto entre o comprador e as editoras são os professores, àqueles que escolhem os livros que serão utilizados em sala de aula. Eis, portanto, a estratégia de atrair e seduzir os docentes na divulgação de seu produto.

Apesar de o volume de vendas de livros não didáticos ter crescido nos últimos anos e de as redes privadas de ensino representarem um bom mercado, a vitalidade do setor editorial no Brasil se deve à compra de grandes quantidades de exemplares pela Fundação de Assistência ao Educando (FAE), órgão do Ministério da Educação (MEC), através do PNLD. Os livros didáticos, impulsionados sobretudo pelo PNLD, são responsáveis por sessenta por cento de todo o faturamento da indústria livresca no Brasil. Os valores negociados entre o FNDE e as editoras que forneceram livros didáticos para o Ensino Fundamental em 2011, por exemplo, foi de R\$ 880.263.266,15 (Assessoria de Comunicação FNDE, 2010). O PNLD é, sem dúvida, um grande negócio para as editoras. Ter um livro de seu catálogo escolhido por diversas escolas brasileiras é a garantia de uma vendagem certa. A produção é feita a partir da encomenda estatal. Mesmo pagando um preço bem menor do que o valor de venda do material em livrarias, as compras do governo federal têm permitido que as editoras ampliem bastante o faturamento, já que o volume de negócios é muito

grande. A alta lucratividade do setor vem da enorme quantidade vendida (SILVA, 2012, p. 810).

O PNLD é um programa que auxilia na valorização do livro didático das editoras e é o meio pelo qual elas comercializam o seu produto. Para tanto, há uma avaliação das obras didáticas. Essa avaliação reúne uma equipe composta por profissionais que trabalham com a educação básica e o ensino superior. Os professores são das diferentes regiões do Brasil e atuam em Universidades Federais, Universidades Estaduais, Institutos Federais, Colégio Militar, e nas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação (BRASIL, 2016).

Conforme o PNLD 2017,

Uma das principais preocupações da Coordenação Pedagógica desta edição do PNLD foi trazer para a avaliação as professoras e professores da Educação Básica, sobretudo aqueles que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental; afinal, são esses que mais conhecem as demandas vindas dos alunos, as possibilidades de realização de uma atividade de ensino e a articulação dos conteúdos ao longo do ano (BRASIL, 2016, p.28).

Quanto aos critérios estabelecidos pelo PNLD, observamos que no PNLD 2017 foram elencados um conjunto de critérios eliminatórios para avaliar as obras didáticas inscritas, sendo que há aqueles comuns a todos os componentes curriculares, e há aqueles específicos para a Geografia. Foram listados seis critérios eliminatórios comuns a todos os componentes curriculares sendo:

1. Respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao ensino fundamental;
2. Observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano;
3. Coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela coleção, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados;
4. Correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos;
5. Observância das características e finalidades específicas do Manual do Professor e adequação da coleção à linha pedagógica nele apresentada;
6. Adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da coleção. (p. 23)

Estes são critérios gerais que serviram de avaliação para todas as obras didáticas de todos os componentes curriculares presentes no ensino fundamental anos finais. Já específicos para a Geografia, foram estabelecidos dezoito critérios eliminatórios que serviram de análises para as obras didáticas, sendo:

1. Compatibilidade entre a opção teórico-metodológica adotada, os conteúdos geográficos desenvolvidos e o modo como são desenvolvidos, evitando paradoxos de interpretações;
2. Articulação das relações espaço-temporais que possibilitem compreender a construção histórica do espaço geográfico e as interações da Sociedade com a Natureza;

3. Articulação dos processos históricos, sociais, econômicos, políticos e culturais para a explicação do estágio de desenvolvimento dos povos e países, mantendo-se o direito à diversidade dentro de padrões éticos e de respeito à liberdade de indivíduos e grupos, com isenção de preconceitos, tanto de origem, etnia, gênero, religião, idade ou outras formas de discriminação;
4. Discussões e renovações na área, mostrando-se atualizada em relação aos avanços teórico-metodológicos recentes aceitos pela comunidade científica e incorporados à corrente de pensamento que for adotada pela coleção, ressaltando-se que a opção por uma dada corrente não será indicativo de sua qualidade;
5. Discussão de diferenças políticas, econômicas, sociais e culturais de povos e países, sem discriminar ou tratar negativamente os que não seguem o padrão hegemônico de conduta da Sociedade Ocidental, evitando visões distorcidas da realidade e a veiculação de ideologias antropocêntricas e políticas, ou ambas;
6. Conceitos vinculados às dimensões de análise que abordam tempo, cultura, sociedade, poder e relações econômicas e sociais sem omitir qualquer um dos conceitos estruturantes do espaço geográfico: natureza, paisagem, espaço, território, região e lugar;
7. Conceitos e informações corretas que permitam a compreensão da formação, do desenvolvimento e da ação dos elementos constituintes do espaço físico, suas formas e suas relações;
8. Conceitos e informações corretas que permitam compreender a formação, desenvolvimento e ação dos elementos constituintes do espaço humano, assim como os processos sociais, econômicos, políticos e culturais, suas formas e suas relações;
9. Conceitos e informações relacionadas de maneira correta, encaminhando os passos necessários à análise da dimensão geográfica da realidade;
10. Temas e conteúdos da geografia econômica sem o objetivo de publicidade, mostrando a necessária diversificação dos produtos apenas para explicar os processos espaciais;
11. Atividades que favoreçam a realização de trabalhos de campo, em pelo menos um volume da coleção, estimulando a observação, a investigação, a comparação, a compreensão, a interpretação, a criatividade, a análise e a síntese;
12. Leituras complementares de fontes científicas reconhecidas e atualizadas, acompanhadas de referências bibliográficas, nota de rodapé ou outras formas adequadas, que ampliem conceitos e conteúdos e sejam, de fato, coerentes com o texto principal, evitando textos herméticos, mesmo que sejam de pensadores consagrados;
13. Linguagem adequada, visando à aprendizagem dos conhecimentos geográficos, ao desenvolvimento do vocabulário e dos conhecimentos linguísticos, evitando reducionismos e estereótipos no tratamento das questões sociais e naturais;
14. Ilustrações que dialogam com o texto e com exemplos da diversidade étnica da população brasileira e da pluralidade social e cultural do país, não devendo reforçar preconceitos e estereótipos em relação a gênero e a povos de outras nações do mundo;
15. Escala adequada de representação dos fenômenos tratados;
16. Legendas sintéticas, com cores definidas, evitando o excesso da informação a ser identificada e localizada no mapa, bem como datas, símbolos convencionais e demais créditos necessários para a identificação das fontes utilizadas;
17. Orientação para o uso adequado dos pontos cardeais e colaterais, a partir da Rosa dos Ventos colocada ao lado dos mapas e figuras;
18. Fontes fidedignas na citação de textos e mapas, evitando utilizar um mapa já conhecido de outro(a) autor(a) sem a citação correta, negando-lhe a autoria e indicando apenas as mesmas fontes que este(a) autor(a) utilizou, sintetizou e citou na sua elaboração.

A avaliação pelo PNLD é cada vez mais criteriosa, demonstrando uma melhora na qualidade dos livros didáticos. Mas isso não retira dos professores a responsabilidade de analisar e avaliar as coleções de livros segundo os seus próprios critérios.

Gonçalves e Mellati (2017) apresentam diferentes aspectos e sugestões de análise de livros didáticos que podem auxiliar esse trabalho realizado pelo professor, sendo aspectos ligados a formação cidadã do aluno e de acordo com os critérios estabelecidos pelo PNLD. As autoras elencam nove questionamentos possíveis de serem analisados pelos docentes: 1. A qual finalidade as atividades respondem?; 2. Respeita o caráter laico e autônomo do ensino público?; 3. Valoriza as diferenças socioculturais e as ações afirmativas?; 4. Desenvolve recepção crítica das imagens e o gosto estético?; 5. Diversifica a cultura cartográfica?; 6. Tensiona informações de preconceito, intolerância e homofobia?; 7. Considera os direitos dos povos indígenas e sua participação na constituição do espaço geográfico?; 8. Desnaturaliza o racismo e dá visibilidade e valorização à população afro-brasileira?; 9. Apresenta o desenvolvimento desigual dos territórios e os direitos humanos e cidadania dos imigrantes? (p. 44-52).

Essas sugestões podem servir de base para os professores pensarem em suas escolhas na hora de analisar as obras didáticas. Mesmo que a participação dos professores seja limitada nas avaliações propostas pelo PNLD (GONÇALVES; MELLATI, 2017) e há uma falta de preparação dos professores para a escolha desse material, são os professores que tomam as decisões e devem ter minimamente critérios que possibilitem analisar e avaliar as obras didáticas.

3 OS CRITÉRIOS DE ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO PELOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA

Os professores são os profissionais que estão diretamente envolvidos no processo de ensino e aprendizagem escolar. Conforme Rosa (2006, p. 17), “[...] o professor [é] o profissional do ensino que tem como principal tarefa cuidar da aprendizagem dos alunos, respeitando a sua diversidade pessoal, social e cultural, buscando a formação plena (cognitiva, afetiva, social)”.

É o professor o responsável por buscar caminhos metodológicos quanto aos conteúdos e atividades que irão propiciar o aprendizado dos alunos. E mais ainda, é ele quem decide o material a ser utilizado para atingir esse objetivo. Cavalcanti (2014, p. 92) afirma que, seja de forma “consciente ou inconscientemente, o trabalho do professor está ligado a um projeto de formação, a um projeto de sociedade, a um projeto de humanidade”. Por isso, todas as suas decisões irão refletir no seu trabalho e no alcance dos seus objetivos.

Como parte de seu trabalho, a escolha do livro didático deve ser de forma séria e consciente, decidida em conjunto e pensando no trabalho que se desenvolverá a partir da proposta do material didático. Vejamos então, alguns dos critérios que os professores de geografia atuantes dos anos finais do ensino fundamental analisam para a escolha desse material:

As editoras mandam os seus autores que ela tem, aí tem um prazo pra gente analisar os livros, se a ementa curricular do estado vai bater com determinado autor pra gente escolher, sempre procurando também um livro de melhor linguagem, mais atualizado. Isso é feito em conjunto, por área, cada um na sua semana e na sua área. Cada escola escolhe o seu livro didático, aí nós temos escolas que escolhem um autor e outras que escolhem outro autor. E os critérios são a linguagem, contextualidade e atualidade, apesar de que o livro didático, principalmente os dados específicos, estatísticos, sempre eles estão atrasados (Professor G, 2016).

O primeiro quesito do livro didático que eu tenho que nós (colegas), a gente leva em consideração hoje em dia é a questão das atividades que se o aluno vai compreender essas atividades, porque ele não tem ajuda da família em casa, se ele não compreende ele não faz. Aí então não podemos contar com esse apoio, então tem que ser compreensível pra linguagem dele as atividades em si, e acaba sendo que o livro que tem fácil entendimento das atividades ele também tem uma leitura menos aprofundada então acaba sendo isso (Professor A, 2016).

Primeiro quesito a considerar é que essa escolha é coletiva, ou seja, é realizada por todos os professores de geografia da escola e por isso, precisa ser consenso. No entanto, os professores elencam alguns critérios particulares, que auxiliam na sua escolha. Destacamos aqui a linguagem empregada no material didático, as informações atualizadas e contextualizadas, relatadas pelo professor G. Esses são critérios que de forma geral também foram observados nas análises do PNLD.

Já o professor A destaca que o livro precisa ter uma linguagem inteligível ao aluno, para que entenda as atividades e consiga resolvê-las com autonomia. Isto porque, em sua opinião, há uma ausência da ajuda familiar em casa. Consequentemente um livro que possui uma linguagem mais simples, exigirá uma menor compreensão da complexidade dos temas, apresentando mesmo uma leitura menos aprofundada. Isso demonstra a preocupação atual do professor com o aluno, mas também um problema da sociedade em relação à participação efetiva da família no contexto escolar dos alunos.

Em relação à linguagem do livro se adequar mais à compreensão do aluno, o professor B indica elementos essenciais para cada série, estabelecendo seus critérios de escolha desse material a partir de tais parâmetros:

Para escolher o livro, eu particularmente penso no aluno, então no 6º ano eu olho se o livro tem bastante imagem, bastante gráficos, bastante figuras, para o aluno entender melhor, o do 6º ano ele precisa de bastante imagens, figuras para entender, o do 7º também, já o do 9º eu olho os conceitos, ele tem que ter o conceito mínimo. No nosso caso aqui tem o referencial curricular do estado, então se bate o referencial em primeiro lugar, porque às vezes o referencial curricular de outro estado não bate nada com o que o estado manda você trabalhar naquele ano, porque você é obrigado a trabalhar com determinado assunto, já vem amarrado por cada bimestre, então se tem tudo aquilo que o estado está mandando você trabalhar no livro. Em segundo lugar eu olho esses conceitos, conceito mínimo [...], eles têm que começar a discutir algum conceito, começar a entender o que é o conceito de cada teoria [...] Então no 9º ano a gente já vê mais o texto, até o 7º vê mais a figura e no 8º ano a gente discute o continente americano, então eu olho se tem realmente o continente americano. Tem alguns livros por exemplo, que trazem 30 páginas sobre os Estados Unidos e uma única página sobre o México, e o México é riquíssimo em cultura, então aí eu tento verificar se ele tem mais conteúdo do México, de outros países, não só dos países ricos (Professor B, 2016).

O professor C vai ao encontro do pensamento do professor B:

A primeira coisa é ver se está batendo com o nosso conteúdo, se tem bastante imagem também, porque, por exemplo, igual geografia você tem que trabalhar com bastante imagem, por que às vezes você pega um livro e não tem nada, então como que o aluno vai visualizar e vai ver, então que tenha imagens pra ele estar vendo e relacionando, porque às vezes, de repente, um lugar que ele nunca viu, que passa, ao menos ali ele visualizando a imagem fica mais fácil pra ele trabalhar. Então que tenha imagem, esteja dentro do que você tem que trabalhar dos parâmetros curriculares, porque se você pega uma coisa totalmente alheia, aí fica complicado pra você estar adequando (Professor C, 2016).

Ambos os professores supracitados revelam que para o ensino da geografia é importante que o livro tenha imagens, gráficos, desenvolvendo uma linguagem visual para melhor compreensão do aluno. Uma linguagem compreensível ao aluno está relacionada ao fato do livro ser mais atrativo ao estudante, trazer inovações, e um texto escrito mesclado ao texto visual. Por isso, o outro critério citado pelos professores é justamente a linguagem visual.

No entanto, é preciso enfatizar que as imagens devem ser analisadas em seu contexto, pois possuem uma significação e intenção, além de um discurso próprio. Não devem ser vistas apenas para ilustrar o conteúdo mas propiciar uma relação deste com a realidade do aluno, pois a imagem facilita a leitura de mundo do aluno. Na perspectiva de Oliveira Jr. (2009, p. 18),

[...] a presença da imagem é de grande importância no modo como pensamos e agimos na realidade, no espaço geográfico. Essas imagens podem ser

tomadas tanto como parte das práticas discursivas – signos de uma linguagem –, quanto como objetos do mundo – obras da/na cultura.

A presença de imagens nos livros didáticos tem sido mais frequente e utilizada como chamativo para problematizações. Tonini (2014) comenta sobre a mudança na textualidade dos livros didáticos de geografia, em que o texto escrito, sempre tido como central, tem sido apresentado cada vez menor, dando espaço ao texto visual:

[...] o texto visual (fotografias, gráficos, mapas, desenhos) vem ocupando um grande espaço nos livros didáticos de geografia tanto em quantidade como em tamanho. Embora esses textos sejam muitas vezes inseridos meramente como “acessórios” ou “ilustrações”, não se pode negar a atração que exercem junto à atual geração de estudantes (TONINI, 2014, p. 153, destaques da autora).

Justamente pelo fato da imagem, do texto visual ser mais atrativa, os livros didáticos vêm incorporando isso ao seu corpo teórico, fazendo uma articulação entre o texto escrito e visual. A autora complementa que essa é uma mudança recente a partir do final do século XX, classificando esses livros como de última geração, diferente dos considerados de primeira geração (livros datados do século XIX até década de 1960) que traziam um texto escrito como único registro das informações. Quanto a isso nos diz:

Os livros didáticos de última geração, do final do século XX, registram uma transformação estrutural ao posicionar o texto escrito, muitas vezes, como função secundária diante da quantidade de elementos visuais presentes em suas páginas. Em quantidade e tamanho, as imagens predominam em relação ao texto escrito, a qualidade editorial das publicações atraem o leitor. A atenção deste, antes centrada em um único elemento, volta-se para vários elementos ao mesmo tempo (TONINI, 2014, p. 156).

Os livros passam a apresentar seus conteúdos de forma mais convidativa, com imagens em substituição da escrita. Muitas vezes as figuras substituem por completo os textos, preenchendo várias páginas dos livros didáticos de Geografia. A autora afirma que essa nova textualidade se assemelha ao formato das páginas da internet, com pequenos textos informativos de forma fragmentada, com imagens principais, uma diagramação diversa, além de cores que destacam as informações (TONINI, 2014).

A linguagem visual é um critério praticamente unânime de todos os professores que participaram de nossa pesquisa. Além disso, o professor D destaca outros critérios:

Eu olho a linha do autor, essa linha crítica, a forma como ele faz a análise da produção, organização do espaço geográfico, tanto do plano mundial quanto

nacional, mas é evidente que existe uma questão pragmática, hoje, principalmente agora de uns dez anos pra cá, tem um tal do referencial curricular. Sempre que a gente vai adotar um Livro Didático, você pode até gostar do autor, achar excelente, mas procura ver aquele que mais está compatível com o referencial curricular, na prática, infelizmente ou felizmente esse é um dos critérios e talvez o que mais pesa na hora de adotar o livro, até porque a gente não adota sozinho, tem mais de um professor na escola [...] Eu até utilizo pouco o Livro Didático [...], então pra mim não faria muita diferença o livro ter ou não a total coincidência dos conteúdos com o referencial curricular, mas pra muitos professores é essencial, eu diria quase uma bíblia, porque ele se apega muito ao referencial curricular. Então teria duas coisas, a linha crítica, a questão do referencial curricular, e eu também gosto de ver se o autor faz o uso de mapas, acho interessante explorar essa questão visual, não adianta ficar em sala de aula falando muito, você pode até falar, mas visualizar com fotos, com mapas, tabelas, então são esses três aspectos basicamente que eu procuro levar em conta na hora de optar por um livro, mas considerando que essa escolha é coletiva e nem sempre é o que a gente queria (Professor D, 2016).

O professor ativo destaca assim três critérios que considera na escolha do livro didático: a linha crítica do autor, a questão visual e o referencial curricular. A linha crítica é relacionada com a opção teórico-metodológica adotada pelos autores e vai de acordo com o entendimento do professor sobre o que considera uma linha crítica.

Além de demonstrar a importância em explorar a questão visual no livro didático, intercalando com o texto escrito e com a explicação do conteúdo pela oralidade, o Professor D enfatiza que o referencial curricular é talvez, um dos critérios “que mais pesa na hora de adotar o livro”. Sinaliza assim, uma certa “obrigatoriedade” em seguir o referencial curricular e que o mesmo também aparece na hora da escolha do material didático. Da mesma forma, os professores E e F afirmam essa relação:

Nós analisamos os textos, se são textos críticos, se tem coerência com o referencial, que não tem como fugir, o mais coerente, porque nunca vai dar certo, porque eles mandam as coleções depois do referencial, sempre foi assim, nunca foi diferente, e a questão da visualização mesmo, porque tem que ter um atrativo (Professor E, 2016)

Primeiro a gente olha o livro, depois a gente conversa com um colega e chega a alguma conclusão, mas para escolha do livro didático nós somos bem práticos, vamos naquele que atende melhor a ementa curricular. Porque não adianta nada a gente falar assim, vou escolher esse livro aqui que é ótimo se ele não dá conta da ementa curricular, daí a gente não consegue fazer o planejamento. Então o critério é quanto mais próximo da nossa ementa curricular, melhor. [...]. Quando o livro atende o referencial curricular a gente acha o livro bom, porque o referencial curricular fomos nós, os professores que elaboraram (Professor F, 2016).

O referencial curricular mostra-se assim como um fator que rege o trabalho docente. Segundo indicação dos professores, o livro didático precisa estar de acordo com os

referenciais curriculares, pois isso facilita o trabalho docente, a abordagem dos conteúdos, o planejamento das aulas.

Os professores deixam bem claro que existe diversos fatores que influenciam na escolha do material didático. Todos concordam que o livro de geografia precisa apresentar imagens, sendo a questão visual importante para abordar conceitos e categorias da geografia. Mas, apesar de seus critérios, o referencial curricular é um dos elementos determinantes para essa escolha. O livro que se enquadra, que mais se aproxima da proposta curricular do estado e/ou município é o escolhido pelos professores.

Apesar de algumas determinações para essa escolha, os professores demonstram que têm analisado os materiais didáticos, observando as propostas metodológicas, a atualização das informações, a contextualização dos fenômenos estudados. Há uma preocupação também com o entendimento do aluno perante o uso do livro didático. Embora seja limitada a participação dos professores nas escolhas e decisões acerca do livro didático e demais políticas que interferem em seu trabalho, o professor não é omissor, precisa ser ouvido e incentivado para atuar junto à sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos apresentar os critérios que envolvem a escolha do livro didático. Este material passa pelo crivo de vários profissionais da educação, antes de chegar às salas de aula. Com o PNLD, os livros didáticos passaram a ter uma maior qualidade em sua produção, devido às exigências por ele propostas.

Informações atualizadas, a contextualização adequada, um bom visual, atividades de fácil compreensão e a adequação do conteúdo com o referencial curricular são alguns dos critérios mais citados pelos professores de geografia que atuam nos anos finais do ensino fundamental.

Apesar de ser o professor quem determina o livro didático com qual irá trabalhar a cada triênio, sua participação nas etapas de avaliação proposta pelo PNLD ainda é limitada, percebendo-se também a falta de capacitação e incentivo desse profissional. Além do mais, existem diversos elementos que provocam a falta de incentivo na hora da escolha do material didático. Como demonstraram os professores, muitas vezes se veem obrigados a escolher livros por estar em conformidade com o referencial curricular. Em outros casos, há ainda a falta do material didático para os alunos, o que impede a troca total dos livros velhos pelos novos em algumas turmas.

É desafiador a profissão de professor, e mais ainda quando suas escolhas afetam a vida de diferentes sujeitos. No entanto, a capacitação profissional, o tempo de análise de livros e o trabalho em equipe colaboram com uma escolha adequada para a realidade dos estudantes. É o professor quem vivencia e faz as relações do conteúdo com a prática do aluno, sendo assim, é o profissional mais apto a escolher o livro didático.

CHOOSING PROCEDURES OF THE DIDACTIC BOOK BY THE GEOGRAPHY TEACHER

ABSTRACT

This article is the result of a master's degree research in Geography, with the teaching theme, carried out between 2015 and 2017. The objective of this article is to analyze the criteria for choosing the didactic book of Geography by the teachers in the final years of the elementary school. For this, in our research we conducted interviews with some teachers of the state education network of the city of Dourados (MS) on the process of choosing the didactic material. For this work we bring fragments of the reports of seven geography teachers, in which they present the criteria they observe at the time of choosing the textbook. The interviews were recorded and transcribed and the colloquial speech of the teachers was maintained, with minor changes or corrections in their statements. As for our theoretical reference, we had as basis some authors like Callai (2016); Munakata (2012); Gonçalves and Mellati (2017) among others. We understand that teachers need to have greater participation in the choices of books and important decisions that relate to their profession, so we seek to present the perspectives of teachers. For this, a greater capacity is required for the teacher to establish criteria for analysis and to see the importance in choosing the didactic material.

Keywords: Geography Teaching. Textbook. Teachers. Criteria of choice.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **PNLD 2017: Geografia – Ensino fundamental anos finais**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)**. Histórico. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

CALLAI, Helena C. O livro didático permite e oportuniza a democratização do conhecimento? In: SPOSITO, E. S.; SILVA, C.A.; NETO, J. L. S.; MELAZZO, E. S. (Orgs.). **A diversidade da Geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação**. São Paulo: Editora Consequência, 2016, p. 287-306.

CAVALCANTI, Lana de Souza. A geografia escolar e a sociedade brasileira contemporânea. In: TONINI, Ivaine M. *et al.* (Orgs.). **O ensino de geografia e suas composições curriculares**. Porto Alegre: Mediação, 2014, p. 77-98.

GONÇALVES, Amanda R.; MELATTI, Claudia. Instrumentos para análise e escolha do Livro Didático de Geografia pelo professor: aspectos da formação cidadã. In: TONINI, Ivaine M. *et al.* (Orgs.). **O Livro Didático de Geografia e os desafios da docência para aprendizagem**. Porto Alegre: Sulina, 2017, p. 39-59.

MUNAKATA, Kazumi. Livro didático e formação do professor são incompatíveis? In: MARFAN, Marilda A. **Simpósios [do] Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: formação de professores**. Brasília: MEC, SEF, 2002, p. 89-94.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. **Pro-posições**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 51-66, 2012.

OLIVEIRA JR., Wenceslao M. Grafar o espaço, educar os olhos: rumo a Geografia menores. **Pro-posições**, Campinas, SP, v. 20, n. 3, p.17-28, 2009.

ROSA, Dalva E. G. Formação de professores: concepções e práticas. In: CAVALCANTI, Lana S. (Org.). **Formação de professores: concepções e práticas em Geografia**. Goiânia: Editora Vieira, 2006, p.15-25.

SILVA, Marco A. A fetichização do livro didático no Brasil. **Educação Real**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, 2012.

TONINI, Ivaine M. Livro Didático: textualidades em rede? In: _____ *et al.* (Org.). **O ensino de geografia e suas composições curriculares**. Porto Alegre: Mediação, 2014, p. 149-160.

Entrevistas com professores

Professor A. Entrevista realizada no dia 11 de março e 1 de abril de 2016. Local: Escola Estadual Presidente Vargas, Dourados (MS). Duração: 1h 6 minutos.

Professor B. Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2016. Local: Escola Estadual Vilmar Vieira de Mattos, Dourados (MS). Duração: 26 minutos.

Professor C. Entrevista realizada no dia 26 de julho de 2016. Local: Escola Estadual Menodora Fialho de Figueiredo, Dourados (MS). Duração: 23 minutos.

Professor D. Entrevista realizada no dia 23 de julho de 2016. Local: casa do professor, Dourados (MS). Duração: 1h.

Professor E. Entrevista realizada no dia 2 de maio de 2016. Local: Escola Estadual Vilmar Vieira de Mattos, Dourados (MS). Duração: 40 minutos.

Professor F. Entrevista realizada no dia de 10 de maio de 2016. Local: Escola Estadual Prof. Floriana Lopes, Dourados (MS). Duração: 31 minutos.

Professor G. Entrevista realizada no dia 10 de março de 2016. Local: Escola Estadual Prof. Floriana Lopes, Dourados (MS). Duração: 59 minutos.

Recebido em 01/02/2018.

Aceito em 28/06/2018.